

POLÍTICA DE AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS

Heloísa Liberalli Bellotto *

Entende o eminente professor argentino de arquivística da Universidade de Córdoba, Manuel Vazquez, que uma política governamental de determinada esfera administrativa representa o conjunto de objetivos específicos que se há de alcançar mediante recursos existentes ou a serem criados, baseados na legislação e com o fito de elevar a qualidade de vida de uma comunidade, em seus múltiplos aspectos. No caso dos arquivos, os recursos com que contaria esta política seriam os próprios arquivos, os documentos, a informação, os arquivistas e a legislação arquivística. Seus objetivos específicos deveriam atender tanto a vertente administrativa dos arquivos (na qual os grandes objetivos seriam os direitos e os deveres, a transparência administrativa e a racionalização da informação) como a vertente patrimônio cultural dos arquivos (conservação, regulamentação, dinamização da informação de ordem cultural)¹.

Dentro deste último enfoque, podemos falar em política de ação cultural e educativa, isto é, os esforços governamentais para um maior relacionamento entre a escola e o arquivo, com visível benefício para ambas as partes e entre o arquivo e a comunidade em geral, interessada na sua evolução histórica e no entendimento de sua identidade.

Os arquivos públicos municipais permanentes existem com a função precípua de recolher, preservar e organizar fundos documentais originados no cumprimento das atividades político-administrativas do poder executivo e do poder legislativo nos vários municípios, organizando esta documentação e elaborando instrumentos de pesquisa que descrevam, em menor ou maior abrangência ou grau de detalhe, as informações contidas nos documentos. Seus utilizadores são, basicamente, a própria administração, o historiador e/ou pesquisador em geral e o cidadão, em busca de seus direitos e deveres ou em busca do conhecimento do passado da sociedade em que vive e atua. É a estes que os arquivos públicos devem atender preferencialmente, pois foram criados para atender às necessidades da administração e do cidadão.

Aqueles documentos, que tinham sido produzidos/recebidos/acumulados durante as ações decorrentes da especificidade da administração municipal, de início, quando usados pelas razões pelas quais tinham sido criados, constituíram o “arsenal da administração”, as ferramentas com que administradores e munícipes provaram que haviam cumprido seus deveres e por onde podiam reivindicar seus direitos. Passada sua utilização primária, a documentação acumulada, já devidamente avaliada e livre das informações sem valor

* Professora de Arquivística da Universidade de São Paulo e membro da Comissão Executiva do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e da Comissão Técnica do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo.

¹VASQUEZ, Manoel. Política arquivística. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, jan.91-jan.93. p.10.

permanente, passa a constituir o “celeiro informacional” tanto da administração como do direito, como da história.

Nessa segunda instância, passam os arquivos a servir ao jurista e ao historiador em busca dos dados do passado e também poderá ser a “consciência histórica” da comunidade, se souber as potencialidades que, neste sentido, lhe oferece o seu acervo.

Mas as atividades que os arquivos históricos públicos podem desempenhar vão mais além: há toda uma ação cultural, social e educativa, traduzidas na realização de exposições abertas ao grande público, na editoração, não só de material histórico e arquivístico, mas também, publicações que incentivariam a literatura e o folclore locais, espetáculos de poesia, dança e teatro, a partir dos elementos da própria cidade etc.. Todas estas atividades, até há pouco tempo, não eram muito bem aceitas no meio arquivístico e no meio propriamente administrativo, em cuja jurisdição se encontram as instituições arquivísticas. Afinal, para os administradores mais desavisados, o arquivo deveria ser instituição totalmente voltada para o seu trabalho em torno do processo informativo, servindo às áreas governamentais, aos pesquisadores e aos cidadãos! Realmente o são. Mas, para além de tudo isso, podem também cumprir uma missão cultural e social. Para aqueles administradores, a documentação do arquivo lá se acha organizada para fins de informação administrativa, jurídica, quando muito histórica. Entretanto, lá não está para aprimoramentos cívicos nem culturais, muito menos para entretenimento e lazer do cidadão. O arquivo deveria servir, sim, mais precisamente - e talvez exclusivamente - para a satisfação de suas necessidades civis: comprovação de direitos, verificação a atos a serem obedecidos, enfim, uma serventia jurídico-administrativa, mais do que qualquer outra coisa.

A verdade é que a idéia mais estreita das funções dos arquivos não tem sido apanágio só dos administradores e políticos desavisados. Afirmavam, até um passado recente, alguns professores de arquivística e alguns profissionais de arquivo, que este tipo de atividade cultural e educativa deveria mesmo ser interdita aos arquivos, pois poderia representar um desvio de finalidades, uma perda de tempo e de recursos financeiros. Propagavam até, alguns destes detratores, que as atividades socioculturais, levadas a efeito por alguns arquivistas, serviriam para mascarar sua inércia e inoperância no tocante às suas verdadeiras atribuições. Quando muito, se dizia que os serviços educativos e culturais poderiam atrair mais prestígio popular e, assim sendo, poderiam fazer atrair maiores dotações orçamentárias para o arquivo, até mesmo por razões demagógicas de certos políticos, querendo agradar a opinião pública.

Entretanto, hoje já se pensa e se age diferentemente. A verdade é que “as instituições que atuam nas áreas de preservação do patrimônio histórico e cultural devem promover uma política de divulgação de suas atividades e de esclarecimento de suas práticas e instrumentos de ação a fim de estabelecer amplos canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade, de modo claro e direto”.² O cidadão, sua qualidade de vida e seu aperfeiçoamento em todos os campos, deve estar presente nos objetivos das políticas culturais. “Ao definirmos a política cultural como cidadania cultural e a cultura como direito, estamos operando com os dois sentidos de cultura: como um fato ao qual temos

² DOCUMENTO FINAL do Congresso: Patrimônio Histórico e Cidadania In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.232.

direito como agentes ou sujeitos históricos; como um valor ao qual todos têm direito numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito à criação e à fruição das obras do pensamento e das obras de arte (...) a cultura é simultaneamente um fato e um valor, a enfrentar o paradoxo no qual a cultura é o modo de ser dos humanos e, no entanto, precisa ser tomada como um direito daqueles humanos que não a podem exercer plenamente...”.³

Ora, uma política cultural, nestes moldes, levada a cabo por uma municipalidade não pode ignorar o papel do arquivo. “O objetivo de organizar e conservar adequadamente os arquivos adquire toda sua dimensão cidadã se assumimos que estes centros colaboram muito diretamente no crescimento, entre outros, dos valores de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento, os quais, e não por acaso, se associam normalmente às finalidades irrenunciáveis do moderno conceito de cultura”.⁴

É, pois, neste sentido, o do acesso do cidadão ao universo de informações de cunho cultural, social e mesmo de lazer que o arquivo lhe pode oferecer, ademais de ser o “guardião” dos seus direitos e deveres cívicos, que se expandem, hoje, os setores culturais e educativos nos arquivos. E são os arquivos municipais, os mais adequados para levar avante o empreendimento, justamente por serem os que mais de perto acompanham a vida do cidadão. Até se pode demonstrar que este serviço não é uma extrapolação de suas finalidades, como se pensava. Chega mesmo a ombrear-se com os demais, como “função administrativa”. Este atendimento diferenciado, que não só é restrito aos administradores, juristas e historiadores, não é o “a mais”, não é “perfumaria”. Ele deve ser oficialmente legitimado como uma ampliação administrativa de todo o aparato arquivístico.

A verdade é que os programas educativos e culturais são ampliação, para fora da sala de leitura/consulta, do serviço normal de referência, isto é, do atendimento normal ao usuário. Basta que os arquivistas reconheçam que o público vai além dos que vêm ao recinto do arquivo, sobretudo os historiadores, e perpassa por todo os componentes da comunidade, mesmo aqueles que nem sequer sabem o que seja o arquivo. Há todo um público potencial a conquistar!⁵

Ademais, há que, antes mesmo de instruí-lo quanto ao serviço educativo, fazer este público reconhecer o que é o arquivo, em geral, e o que é o arquivista. Entidade e profissional tão desconhecidos na sociedade! Tem-se apenas a vaga idéia que os arquivos são repositórios de informações, mais ou menos fidedignas. Que a eles os cidadãos - mesmo nem sabendo como começar a localizá-los - podem se dirigir para encontrar, mesmo também não sabendo nomeá-los corretamente - os devidos atos normativos, os testemunhos legítimos e as informações administrativas, jurídicas, empresariais, institucionais, notariais etc. registros de que ele necessita na sua vida pessoal e familiar, sua vida civil e sua vida profissional.

³ CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.39.

⁴ ALBERCH I FUGUERAS, Ramón *et alli*. **Archivos y cultura: manual de dinamización**. Gijón: Ed. Trea, 2001.p.13.

⁵ FREEMAN, Elsie. Education Programs: Outreach as an Administrative Function. In: **A MODERN ARCHIVES READER: basic Readings on Archival Theory and Practice**. Washington: National Archives, 1984, p.288.

A população tem, mais ou menos, uma noção de que há arquivos públicos e que ali existem registros válidos em torno dos direitos e deveres do cidadão para com o Estado e vice-versa; a população sabe, mais ou menos, que as empresas têm arquivos, que ali estão fixadas as provas da sua existência legal e do andamento de suas atividades internas e de sua produção, assim como suas relações com o governo e com outras entidades. Isto porque, de uma forma ou de outra, uns mais freqüentemente, outros menos, todos os cidadãos já depararam ou depararão com a necessidade de fazer uso de registros acumulados, para ter em mãos provas jurídicas, trabalhistas, militares etc. necessárias à sustentação de seus direitos. Por outro lado, tem-se consciência de que o arquivo, pelos registros juridicamente válidos, é um meio de que a sociedade se vale para cobrar de pessoas e instituições os deveres que elas têm a cumprir.⁶

Mesmo que alguns possam, assim, ter a noção, uns mais outros menos, de que o arquivo é tudo isso, dificilmente eles pensarão o arquivo como um local onde possam refinar seus conhecimentos, entreter-se de forma rica e produtiva para sua cultura, obter informações de caráter cultural e artístico. De outro lado desconhecem o quanto o arquivo pode fazer para tornar o ensino da história mais prazeroso e compreensivo para seus filhos, os cidadãos de amanhã. Nem mesmo os professores do ensino fundamental e médio (antigo primeiro e segundo graus), os de história, inclusive, têm conhecimento dos bons frutos pedagógicos que poderiam obter junto aos arquivos públicos históricos. Ora, esta imagem pouco conhecida do arquivo na sociedade pode mudar, se as instituições arquivísticas e os profissionais por elas responsáveis souberem levar a cabo bons programas de atividades culturais e educativas em conjunto com os agentes e as autoridades da área da educação.

É incontestável que um acervo arquivístico histórico, ou patrimônio documental de um município, por exemplo, pertence aos munícipes, à sociedade que, na sua evolução, criou/recebeu/acumulou todos aqueles testemunhos. Esta sociedade é sua proprietária e sua beneficiária maior. Não tem lógica nem sentido que patrimônio documental e sociedade ignorem-se reciprocamente. É dever das autoridades e do profissional arquivista promover esse inadiável encontro. E insistentemente, nós, arquivistas, “precisamos fazer a população sentir-se segura de que sua herança cultural está em boas mãos e fazê-la ciente de que nós existimos e que por isso nenhuma ameaça prevalecerá contra os nossos documentos”.⁷

Entre tantas atividades de cunho cultural, os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, organização de eventos comemorativos, programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes, aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos, espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos em efemérides ou comemorações.

Quanto às publicações, pode-se dizer que um arquivo público respira por suas publicações. São elas os canais comunicantes com o exterior, tanto no sentido de carrear à comunidade, à administração e ao meio acadêmico as informações do conteúdo do seu acervo documental, de suas atividades e de seus programas. É possível, por meio delas, atrair

⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. **Revista Arquivo & História**. Rio de Janeiro, 2:7-16, 1996, p.9.

⁷ WILLIAMS, Gareth Haulfryn. The role of archival exhibitions. **Janus: revue archivistique**. Paris, 1:91-94, 1995. p.94.

novos e inusitados usuários e fazer a sociedade compreender o que é e o que nela representa a instituição *arquivo*. Para além dos instrumentos de pesquisa, inegável forma de possibilitar o acesso direto do pesquisador ao documento primário, o arquivo público pode gerar outro gênero de publicações que, em sua medida, faz dele muito mais do que um recolhedor natural e orgânico do produto documental da administração a que serve, transformando-se num verdadeiro centro de vivência e de inter-relações culturais, tanto quanto um laboratório de pesquisa histórica. Estas publicações são os manuais técnicos de paleografia, arquivística e diplomática, as monografias e as revistas de caráter histórico, os boletins de informação, as revistas técnicas e as edições de texto.⁸

A tradição de publicar documentos originou-se no século XIX, quando do estabelecimento dos arquivos históricos, em quase todos os países, como assinala Rolf Nagel. E, até hoje, há uma certa tradição, por exemplo, na Alemanha, de que os arquivos publiquem documentos, com uma introdução crítica, para atender às legítimas necessidades de divulgação de acontecimentos históricos contemporâneos, que sirvam ao mesmo tempo à historiografia e ao público em geral, muitas vezes, alternados, na mesma publicação, com verbetes resumidos de outros documentos.⁹ As datas comemorativas inspiram muitos arquivos municipais a produzirem edições de textos na íntegra, acompanhados do devido aparato crítico e analítico. Tanto Santiago de Cali, na Colômbia como Cáceres, em Mato Grosso, no Brasil, para citar dois exemplos, fizeram publicação dos decretos e atas relativos à sua fundação, por ocasião de seus respectivos segundos centenários.

As monografias históricas regionais despertam, em geral, grande interesse na população, pois, quase sempre, é redigida por um de seus membros e não por um historiador profissional de fora. Sem grandes ambições intelectuais, estes trabalhos, mais voltados para a reminiscência e memória, podem ser aliados seguros para o maior conhecimento do arquivo e de sua aproximação com a comunidade.

No tocante às exposições de documentos, elas só tem sentido, num arquivo, se forem temporárias, embora em muitos países ainda se insista na prática das exposições permanentes de documentos originais. Há arquivistas que são visceralmente contra as exposições, mesmo as temporárias. “Arquivos em vitrines são como animais no zoológico; eles não estão fazendo o que vieram realmente fazer neste mundo”, afirma enfaticamente o arquivista inglês Gareth Williams. Se isolamos, desta forma, alguns documentos, estamos lhe tirando sua condição e qualidade arquivísticas, suas características coletiva e orgânica, e estamos conferindo-lhes o papel de artefatos. O colega chega mesmo a afirmar que enquanto estivermos sendo “vitrinistas” de documentos não estaremos sendo arquivistas.¹⁰ Mesmo no caso da exposição temporária (em geral comemorativa de efemérides ou em torno de fato político-administrativo relevante) corremos este risco. É preciso deixar bem claro, por meio de legendas, letreiros e catálogos muito bem redigidos, a questão da indivisibilidade e da organicidade dos conjuntos documentais arquivísticos e a justificativa da amostragem exibida. Além disso, é preciso contar com especialistas no sentido arquitetônico e do desenho gráfico, da disposição do material etc., questões que fogem à formação do arquivista.

⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Prefácio. **Catálogo das publicações do Arquivo do Estado**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1984. p.8.

⁹ NAGEL, Rolf. Funciones educativas del archivero moderno. **De archivos y archivistas**. Washington: Organización dos Estados Americanos, 1995. P.113

¹⁰ WILLIAMS, Gareth Haulfryn, op. cit., p.91.

O planejamento intelectual e material da exposição, feito com vários especialistas, é fundamental. Tema, duração, escolha dos itens a serem expostos, público a atingir e muitos outros fatores devem ser cuidadosamente pensados. “A exposição há de ser considerada como um meio e não como um fim em si mesma, há de ser um meio para aproximar a sociedade do patrimônio documental, do trabalho realizado no arquivo, para sensibilizar à cidadania de seu valor e da necessidade de sua preservação, contribuindo, assim, para o esforço comum de formar cidadãos mais conscientes de sua própria história”.¹¹

As exposições temporárias poderão ser de tipo muito variado, dependendo de seus objetivos e seu material ser de só um gênero documental ou mesclar documentos textuais, fotografias, mapas, desenhos, objetos, emprestados por museus e material bibliográfico, emprestado por bibliotecas, tudo segundo as temáticas e públicos visados.

De outro lado, temos os eventos culturais, tais como os recitais de literatura e música, as conferências de assuntos os mais diversos e as exposições com material do arquivo, ou não, se for o caso de exposições de artes plásticas ou de objetos ligados à ciência e à tecnologia. Esta é outra boa maneira de aproximação com os munícipes, atraindo-os para voltarem posteriormente, para um maior contato com os documentos propriamente ditos. No caso destes eventos, a política de ação cultural do arquivo deve estar muito bem e firmemente delineada: qualquer desproporção ou dimensão mal equacionada podem trazer prejuízos políticos e científicos para o arquivo. Se dentro desta proporcionalidade, todas as iniciativas culturais serão louváveis. Neste caso, podemos referir um interessante projeto que o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro desenvolvia, em 1988: o da memória musical carioca. Neste sentido, o Arquivo tomava depoimentos dos principais compositores e intérpretes da música popular produzida naquela cidade, guardando o registro gravado de suas composições.¹² Outras iniciativas que se destacam são as dos arquivos municipais de Blumenau em Santa Catarina e dos municípios da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, promovendo reuniões, depoimentos, saraus, estudos e visitas que possam promover o maior conhecimento da imigração, alemã, no primeiro caso e italiana, no segundo.

O planejamento das atividades culturais e educativas deve ser rigoroso. É fundamental que estas ações não obscureçam as finalidades básicas da instituição. O Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, no Estado de São Paulo, entre os inícios dos anos 80 e 90 do século recém-terminado, então dirigido pela professora Ana Maria de Almeida Camargo, pode ser tomado como exemplo para esta argumentação. Sem deixar de cumprir suas finalidade precípuas: quanto à documentação permanente (arranjo, descrição e atendimento ao público e como cabeça do sistema municipal de arquivos, a gestão documental) não deixou de desenvolver atividades culturais relevantes: edição de obras de interesse da comunidade, exposições comemorativas (carnavais antigos, participação na revolução de 1932, centenário e sesquicentenário etc).

No sentido da participação na otimização do atendimento ao turismo local, o arquivo municipal pode contribuir com as empresas e os órgãos ligados ao turismo, não só proporcionando visitas guiadas às suas instalações e às suas exposições temporárias, como

¹¹ ALBERCH I FUGUERAS, Ramón *et alli*, op. cit., p.87.

¹² MACHADO, Helena Corrêa. Arquivo e comunidade. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, 8(2):28-33, jul. 1989. p.31.

fornecer dados sobre o patrimônio edificado, a evolução da urbanização, e ajudando a construir itinerários interessantes no tocante à vida econômica, religiosa, social e política do município. Outro grande recurso turístico é a comemoração de acontecimentos históricos de forma pontual (na própria data) ou de forma permanente usando espetáculos de luz e som. Destes espetáculos, o temporário, tivemos o exemplo, nos jardins do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, no bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, quando em 1972, quando das comemorações do sesquicentenário da proclamação da independência do Brasil, de um espetáculo de luz e som relativo ao Grito do Ipiranga. Um espetáculo neste gênero, porém permanente, em determinado dia da semana, temos na Argentina, em Tucumán, história cidade onde em reunião histórica, em uma abastada casa rural, os próceres da independência, tomaram a resolução de separar-se da Espanha. Um espetáculo de luz e som, montado com auxílio de historiadores e arquivistas, reproduz, ruídos, diálogos e pronunciamentos que representam a chegada a cavalo de vários líderes, suas falas com o dono da casa e suas deliberações.

Dentre estas muitas atividades de favorecimento cultural e educativo que o arquivo público pode proporcionar à sociedade, ainda haveria muito o que abordar, entretanto, vale a pena destacar a ação educativa, como uma das que maior benefício podem proporcionar ao arquivo e aos futuros cidadãos.

A ação educativa (que na feliz proposta de Ramon Alberch, deveria ser alçada à função educativa), deve ser exercida institucionalmente, no arquivo público, por um serviço educativo. Seus objetivos devem englobar igualmente as funções do arquivo e as funções de um centro educativo. No primeiro caso, cabe aos arquivos, difundir e divulgar seus fundos documentais, garantir os registros dos direitos dos cidadãos, conservar e fazer respeitar o patrimônio documental. No segundo, cabe às escolas proporcionar e enriquecer o processo de aprendizagem do conjunto das ciências sociais através do contato com as fontes documentais, suscitar a reflexão e despertar o sentido crítico dos alunos por meio da aproximação com a realidade mais imediata através dos documentos conservados nos arquivos.¹³

A abertura dos arquivos a um novo público – o escolar, o dos alunos de ensino fundamental e médio – pode trazer benefícios didáticos surpreendentes. “O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; igualmente importantes são o recolhimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas”.¹⁴ Vale a pena chamar a atenção sobre esta última assertiva: os programas de assistência educativa devem ser positivos e realistas. Isto porque os inúmeros projetos deste teor que tem sido levados a cabo em vários países, tais como a França, os Estados Unidos, a Polônia, a Áustria, a Inglaterra, a Rússia, a Bélgica, a Itália, a Alemanha e outros podem servir-nos de incentivo e modelo,¹⁵ acrescentando-se, o louvável trabalho que, neste sentido, se leva a cabo ultimamente na Espanha.¹⁶ Entretanto, realisticamente devemos nos imbuir de que as

¹³ ALBERCH I FUGUERAS, Ramón *et alli*, op. cit., p.11-25.

¹⁴ PAYNE, Hugh W.I. Education and archives. **IX International Congress of Archives**. London, 1980 (paper). p.2.

¹⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.p.151.

¹⁶ ALBERCH I FUGUERAS, Ramón *et alli*, op. cit., p.79-84.

condições brasileiras são mais adversas e árduas: tanto do lado dos arquivos como do lado das escolas. O que, de forma alguma, deve levar arquivistas e professores a não tentarem investir na idéia, já que há possibilidades que não necessitariam maiores recursos financeiros. O que não se pode dispensar é a “abertura”, é o “acreditar” na importância e nos resultados positivos de um projeto nestes moldes.

O contato arquivo-escola não pode ser esporádico, “festivo”, inconsistente e casual. O que se propugna é pela institucionalização da assistência educativa pôr parte do arquivo, de forma permanente, dinâmica e crescente. Os programas destinam-se a alunos de ensino fundamental e ensino médio (equivalentes ao primeiro e segundo graus), uma vez que o estudante universitário já tem o *status* de pesquisador, quando frequenta as salas de consulta em suas pesquisas acadêmicas.

Instalado um serviço educativo em um arquivo, é preciso que o entusiasmo inicial não se perca pelos caminhos da burocracia e da falta de recursos financeiros, materiais e humanos e, sobretudo, pela falta de estímulo e falta de apoio com que as instâncias superiores, em geral, brindam professores e arquivistas nos seus esforços de motivar os alunos, para além das tarefas profissionais de praxe de ambos.

O arquivo público, custodiando as fontes do passado, é onde melhor se pode ilustrar e comprovar, de forma irrefutável e motivadora, os fatos do passado. Do documento que ateste um fato corriqueiro da cidade, pode de maneira exemplar ilustrar, muitas vezes, as grandes tendências que tenha tomado a história do país. O ensino atual da história tem dupla tendência: encaixar a história nacional na história universal e, ao mesmo tempo, insistir no aspecto concreto da história aplicando o ensino ao local, à região. Este último aspecto, primordial, requer a colaboração ativa dos arquivos.¹⁷ É incontestável que “graças à história local, o aluno poderá apoderar-se das referências culturais que lhe permitem conhecer melhor e amar a sua cidade e sua região e, talvez, interessar-se mais por esta história geral que lhe parece, muitas vezes, demasiado austera e afastada do seu meio”.¹⁸

O serviço educativo de um arquivo deve fazer parte da estrutura organizacional da instituição, não se limitando a realizar apenas atividades quase que de lazer, tais como as tradicionais visitas de estudantes a arquivos e museus, onde os documentos são mostrados como curiosidades, ainda que se lhes proporcione longas explicações sobre eles. Instituído o serviço pelo responsável pelo arquivo e designado o arquivista encarregado, ele e sua equipe planejarão os seus trabalhos, junto com os professores convidados, dentre outros da rede de ensino da região. A montagem do cronograma de atividades não prescindirá dos entendimentos prévios com estes professores.

O sistema de colaboração pode iniciar-se, por outro lado, com o destacamento, em tempo integral ou em sistema de acumulação com a escola, de um professor da rede oficial para servir no arquivo. Em colaboração com os arquivistas, ele pode planificar e organizar exposições, montar as aulas e visitas ao arquivo, encarregando-se também da elaboração de

¹⁷ BRAIBANT, Charles & BAUTIER, Robert-Henri. Les archives et l'enseignement de premier et second degrés. In: **Une Table Ronde utile à l'Histoire**. Paris: Conseil International des Archives, 1958. p.11.

¹⁸ ERMISSE, G. **Les services éducatifs dans les archives départementales**. Paris: Stage Technique International des Archives, 1979.

textos pedagógicos. As atividades que, a partir do modelo francês, têm se desenvolvido em muitos países, inclusive no nosso, onde algumas iniciativas, infelizmente ainda não divulgadas por meio de publicações, têm sido levadas a cabo, entre outros, no Arquivo Municipal de São Paulo e no Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, SP, e no Arquivo Municipal de Blumenau, SC.

O modelo francês, predominantemente municipal, e que tem inspirado os serviços pedagógicos em arquivos de muitos países, preconiza como atividades principais¹⁹:

1. *Visitas ao arquivo* organizadas pelos arquivistas que, antecipadamente, já entram em contato com os professores para os entendimentos práticos necessários. Muitas vezes, a visita é iniciada por um vídeo que define o arquivo, mostra seus principais fundos e acompanha a rotina do atendimento a consulentes e o processamento técnico. Segue-se o comentário de alguns documentos-chave da história da cidade, seguindo-se o percurso da visita propriamente. Nesta, os comentários serão do arquivista, pois aquele é o seu recinto familiar.

2. *Aula de história no arquivo*, cujo tema é previamente escolhido por professores e arquivistas. Os grupos poderão ir, consecutivamente, em pequenos grupos (cerca de 15 a 20) que, acompanhados por um ou mais professores, desloca-se para o arquivo, a fim de receber esta aula. Nesta aula é indispensável que os alunos manipulem os documentos, leiam-nos e possam resumi-los e discuti-los. Nestas aulas, o comentário cabe ao professor, que poderá fazer as ilações devidas entre aqueles documentos e os aspectos mais gerais que os jovens vêm estudando na escola.

3. *Trabalhos elementares de pesquisa histórica*, colocando-se o arquivista como o elo entre os alunos individualmente ou em pequenos grupos, para que realizem pesquisas, ainda que sem complexidade, para que se iniciem no conhecimento das fontes.

4. *Concursos de monografias*, a partir de temas dados, que possam envolver pesquisas nos documentos do arquivo e destinados aos estudantes; portanto, o nível e experiência exigidos são compatíveis com o conhecimento incipiente que os candidatos possuem.

5. *Kits pedagógicos* constituídos de reproduções de documentos e textos, formando um conjunto harmônico e elucidativo, didaticamente montado, sobre alguma função municipal ou um acontecimento marcante para o município. O professor responsável pelo serviço educativo irá apresentá-lo às escolas da região. Podem incluir reproduções ampliadas de documentos, destinadas a serem expostas.

6. *Exposições de originais no arquivo*, não as exposições normais destinadas ao público mais geral e sim a de documentos mais específicos que ilustrem as aulas de história. Esta exposição pode conter, em torno do mesmo tema, documentos museológicos e biblioteconômicos.

7. *Campanhas de coleta de documentos familiares* junto aos estudantes, que possam formar coleções que possam ir tecendo uma memória local, ainda que por amostragens nos arquivos, vindo a ser complementos aos fundos municipais.

¹⁹BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p.153.

O arquivista deve organizar uma lista de alguns documentos de mais significado para a história local, independentemente dos conteúdos programáticos de história na escola. Alguns destes poderão ser expostos durante as visitas. De outra parte, poderão ser feitas seleções, a pedido do professor e aí, sim, relacionadas aos programas desenvolvidos. Esta última modalidade daria mais trabalho ao arquivista, pois os programas escolares tendem mais para a história mais geral. Mas encontrar este ponto de união, o reflexo da história mais ampla no contexto municipal, seria muito proveitoso, do ponto de vista didático. Encontrar estas ressonâncias dos acontecimentos nacionais e internacionais, comprovadas nos documentos regionais, é sempre possível e extremamente útil à compreensão da história pelos alunos. Com tudo isso, mais do que receber a narração dos acontecimentos históricos de uma forma expositiva, “as jovens mentes poderão pensar por si mesmas sobre as fontes. Ser um mediador é um ato de amadurecimento que vai se desenvolvendo com a prática”.²⁰

Na Espanha, nos últimos anos, as atividades pedagógicas nos arquivos têm sido levadas a cabo em muitos municípios, tomando-se em conta que devem ser totalmente integradas no trabalho da escola e que devem promover a aproximação tanto intelectual quanto afetiva entre o documento de sua comunidade e o escolar.²¹

O modelo espanhol, preconizado por Germán Iturrate Colomer, estabelece as seguintes etapas para a atividade pedagógica arquivo-escola:

1. *Preparação da atividade* que se constitui de: 1.1. escolha do tema em comum acordo entre professor e arquivista e que poderá ser feita quando de uma visita do mestre ao arquivo; 1.2. introdução deste tema na programação escolar e explicação aos alunos sobre a experiência que vão realizar, determinando o professor os seus objetivos, a metodologia e a duração; 1.3. contato arquivo-escola para determinar normas e cronograma.
2. *Atividade pedagógica* realizada no arquivo. O aluno com a documentação atinente a tema desenvolvido em aula pode trabalhar individualmente ou em equipe com os documentos previamente selecionados pelo arquivista e pelo professor e os resultados serão avaliados por ambos.
3. *Pós-atividade pedagógica* concretizada em uma reflexão, um debate aberto e a organização de diferentes atividades segundo se tenha trabalhado com os documentos. “É uma fase na qual os materiais utilizados pelo arquivo serão tratados de forma diferente para realizar atividades que possam complementar o trabalho realizado: exposições, vídeos, itinerários, jogos etc., atividades de dinamização para rentabilizar o volume documental utilizado”.

Ademais, estão propostos, nos planos de ação educativa na Espanha, a realização de visitas introdutórias muito bem planificadas, de oficinas dedicadas à história local, aos

²⁰ MASON, Ian. Under-age users and the successful, educational use of archives? **Janus: revue archivistique**. Paris, 1:88-95, 1995. p.95.

²¹ ITURRATE COLOMER, Germán. La función pedagógica del archivo. **Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico**, 1998; Planificar el servicio pedagógico del archivo. **Boletín Anabad**, 1996 e La incidencia del arxius en el mó de l'ensenyament. **Gausac**, 1994 *apud* ALBERCH I FUGUERAS, op.cit. p.69.

conhecimentos de tecnologia documental, à história oral, assim como a organização de concursos e a confecção de material pedagógico, tipo cadernos especiais, jogos, maquetes e *kits*. Além disso o serviço educativo poderá participar fortemente na elaboração de trajetos de caráter histórico e cultural, oferecidos a outros alunos e também às empresas de turismo.

Tudo isso pode levar a uma divulgação e a uma penetração da história local junto aos membros da comunidade em geral, por meio dos estudantes e suas famílias. Estará mais próximo da população o entendimento de que a memória coletiva tem os seus registros no arquivo e que isso pode ser fonte de entretenimento, cultura e conhecimento do passado pessoal, familiar e comunitário.

Referindo-se a inter-relação entre os arquivos municipais e a história local, afirma o professor da Universidade do Minho, Armando Malheiro da Silva, que aqueles fornecem matéria-prima para esta e afirma que “uma história local pluridisciplinar atravessa o campo da arquivística, como o da arqueologia, da arquitetura e por aí fora”.²² Ele recorre ao historiador francês Jean Jacquart, que, em sua obra “*História geral, história local*” argumenta que “o objeto da história local, um povoado, uma cidade, uma região, é limitado. Toda história local é micro-história ligada aos pequenos fatos, aos acontecimentos mínimos. Mas, ao mesmo tempo, toda história local é história total”²³

Nos trabalhos a se desenvolverem entre o arquivo e a escola, a escolha dos documentos a serem examinados é fundamental. A alternância dos *documentos-chave* que facilitam a compreensão de uma grande noção histórica com *documentos-testemunhos* que registram um acontecimento importante ou são expressão de fato econômico ou de uma organização social, e com *documentos-humanos* reveladores da natureza humana e da vida cotidiana apresenta-se como muito produtiva para a assimilação do conhecimento por parte dos estudantes. Esta é a idéia expressa por P. Marechal em *L’invitation à l’Histoire par le document*.²⁴

Um serviço educativo de arquivo não deve dispensar a colaboração com outros organismos culturais e pedagógicos: museus, bibliotecas, centros de documentação, universidades e instituições culturais ligadas ao turismo local. Tudo isso, para além da instituição que lhe é mais próxima: a escola. Na medida em que se estabeleçam convênios ou contatos regulares, se saberá como e até que ponto será possível contar com as funções e os recursos de cada um. As possibilidades de co-produções e co-atividades, além de economizar recursos, representariam aproveitamento mais eficaz de equipamentos e serviços que são patrimônio público.

Nas relações arquivista-professor, nas quais deve reinar um perfeito entendimento, não permitindo dúvidas, principalmente no momento das atividades, quanto ao que cabe a um e a outro fazer. As tarefas serão definidas a partir mesmo dos níveis do contato aluno-arquivo. Se se trata da visita, com mais profundidade de explicações ou menos, o arquivista é o melhor indicado, como já afirmamos, pôr ser o melhor conhecedor do seu material. No

²² MALHEIRO DA SILVA, Armando. História Local e Arquivística: dos equívocos à partilha diferenciada de um objecto comum. **Maia História Regional e Local**, 2000 (sep).

²³ JACQUART, 1990 *apud* MALHEIRO DA SILVA, op.cit, p.19.

²⁴ BABELON, J.-P., BOUSQUET, R. & SEVE, R. Les activités éducatives des archives. In: **Manuel d’archivistique**. Paris: Direction des Archives de France, 1970. p.684.

estudo mais aprofundado dos documentos, entretanto, no momento dos comentários de caráter histórico-pedagógico, repetimos, a palavra deve ser dada ao mestre. “Se o arquivista é sempre qualificado para explicar o que são os documentos de arquivo, em razão do conhecimento profundo que ele tem, falta-lhe, geralmente, senso pedagógico. Na medida em que o professor possa ele mesmo fazer o comentário, é preferível que se lhe dê a palavra”.²⁵ Devem estabelecer-se algumas premissas :

1. que parta dos arquivistas, especialmente, dos de arquivos municipais, uma aproximação com os professores de história ou de estudos sociais, da rede pública e das escolas privadas da cidade, na qual está situado o arquivo;
2. que se fixe o planejamento dos trabalhos e que se estabeleça um cronograma das atividades;
3. que os relatórios individuais apresentados pelos alunos sejam avaliados tanto pelo professor como pelo arquivista.

De um lado, o arquivista conhecedor do acervo do arquivo. De outro, o professor, que está inteirado dos eventos, comportamentos, atitudes, circunstâncias, situações ocorridas na história e de como eles aparecem nos programas escolares. Quem melhor do que ele para estabelecer ilações precisas? E seu desempenho poderá ser gratificante, quando notar o entendimento dos alunos, ao poder ilustrar as aulas teóricas expositivas com o conteúdo dos documentos do arquivo. Entretanto, tudo isso só será possível a partir do entrosamento entre o profissional da informação e o profissional do ensino da história. O primeiro, a fornecer a matéria prima; o segundo, usá-la, como ilustração dos acontecimentos narrados e como o alimento de que servem os historiadores para construir a historiografia. Só este entendimento entre os dois profissionais proporcionará ao método pedagógico possibilidades de realização.

Arquivistas e educadores não devem permitir que a sua colaboração se esvaia diante das primeiras dificuldades ou decepções. Resultados tangíveis talvez não venham a curto nem a médio prazos. Barreiras vindas das instâncias superiores de um e de outro poderão surgir. Diretores de um e de outro poderão julgar inócua, dispendiosa, dispersiva, supérflua, a ação educativa realizada nos arquivos. Há de ser necessária muita insistência, por parte dos que crêem que nela há ricas possibilidades pedagógicas, intelectuais, educativas, culturais e sociais.

De um lado, a educação não pode perder potencialidades didáticas do arquivo: tornar a história, de uma vez por todas, uma disciplina prazerosa, que se entende e se acompanha e não que se decore e tudo se aceite sem indagações. De outro lado, o arquivo, se não contemplar a importante força social que lhe oferece o mundo escolar, estará perdendo uma oportunidade de participar da melhoria das condições do ensino.

Contribuindo para a formação integral da criança e do adolescente, poderá, aí, estar plasmando até maior número e melhor qualidade de seus futuros usuários, que venham ao arquivo como cidadãos, em busca de seus direitos e deveres ou como pesquisador, em busca das informações sobre o passado. Haverá no jovem um interesse maior pela história, seja como aluno, seja como futuro cidadão atuante. Se tiver tido uma apreensão direta e concreta do conteúdo dos documentos será mais fácil, mais tarde, “encontrar o caminho”

²⁵ BRAIBANT, Charles & BAUTIER, Robert-Henri, op. cit., p.12.

dos arquivos, tornando-se um historiador; se não, ao menos, como um profissional seja lá de que área for, conhecer sua existência e missão, sabendo que deve preservar as fontes da história, mesmo nas entidades privadas.²⁶

Como o centro armazenador do patrimônio documental que é parte do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade, de uma cidade, estado ou país, o arquivo histórico público define a sua posição no contexto administrativo e assegura seu papel no contexto social que integra. Sua função é servir à administração e à história. Já se disse que o arquivo é o arsenal da administração e o celeiro da história. Se, no entanto, ele também se engajar em um programa de cooperação com as escolas, no sentido de ilustrar, animar e aprofundar o ensino da história local, regional e mesmo nacional, estará construindo uma incomparável aura de excelência àquelas suas funções precípuas: o arquivo histórico público estará contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e, com isso, melhor poder dar a sua contribuição para forjar um futuro mais digno para esta mesma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERCH I FUGUERAS, Ramón *et alli*. **Archivos y cultura: manual de dinamización**. Gijón: Ed. Trea, 2001.

BABELON, J.-P., BOUSQUET, R. & SEVE, R. Les activités éducatives des archives. In: **Manuel d'archivistique**. Paris: Direction des Archives de France, 1970.p.672-92.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Assistência educativa em arquivos. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1993:3-18, 1980.

_____. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1991.

_____. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, 27:151-66, jan./jun. 2000.

_____. Prefácio. **Catálogo das publicações do Arquivo do Estado**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1984.

BRAIBANT, Charles & BAUTIER, Robert-Henri. Les archives et l'enseignement de premier et second degrés. In: **Une Table Ronde utile a l'Histoire**. Paris: Conseil International des Archives, 1958.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.37-46.

²⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. op. cit., p.162.

DOCUMENTO FINAL do Congresso: Patrimônio Histórico e Cidadania In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.229-32.

ERMISSE, G. **Les services éducatifs dans les archives départementales**. Paris: Stage Technique International des Archives, 1979.

FREEMAN, Elsie. Education Programs: Outreach as an Administrative Function. In: **A MODERN ARCHIVES READER: basic Readings on Archival Theory and Practice**. Washington: National Archives, 1984, p.281-88.

ITURRATE COLOMER, Germán. La función pedagógica del archivo. **Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico**, 1998, Planificar el servicio pedagógico del archivo. **Boletín Anabad**, 1996 e La incidencia del arxius en el mó de l'ensenyament. **Gausac**, 1994.

MACHADO, Helena Corrêa. Arquivo e comunidade. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, 8(2): 28-33, jul. 1989.

MALHEIRO DA SILVA, Armando. História Local e Arquivística: dos equívocos à partilha diferenciada de um objecto comum. **Maia História Regional e Local**, 2000 (sep).

MASON, Ian. Under-age users and the sucessful, educational use of archives? **Janus: revue archivistique**. Paris, 1:88-95, 1995.

NAGEL, Rolf. Funciones educativas del archivero moderno. **De archivos y archivistas**. Washington: Organização dos Estados Americanos, 1995.

PAYNE, Hugh W.I. Education and archives. **IX International Congress of Archives**. London, 1980 (*paper*).

VAZQUEZ, Manuel. Política arquivística. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, 10(2)11(2)12(1):10-22, jan.91-jan.93.

WILLIAMS, Gareth Haulfryn. The role of archival exhibitions. **Janus: revue archivistique**. Paris, 1: 91-94, 1995.

TITLE

Cultural and educational action politics in municipal archives

RESUMO

Políticas governamentais desenvolvem-se por meio de ações que visam otimizar determinado setor público. Os arquivos, servindo à administração e à história, muitas vezes, são pouco compreendidos, devendo desenvolver atividades que os tornem mais visíveis. Dentro dos arquivos municipais, além de outras políticas, é possível desenvolver uma política de ação cultural e educativa capaz de melhorar a imagem do arquivo, de estabelecer uma maior interação entre documento e sociedade, aproximando seus componentes da sua própria identidade, por meio do contato com as fontes da história de sua comunidade e de seu município, levando esta população a conhecê-las, respeitá-las e preservá-las em benefício da cultura e da cidadania. São dadas algumas sugestões de trabalho para que o arquivo municipal organize e faça atuar um setor dedicado à ação cultural e educativa.

ABSTRACT

Governmental politics are developed through actions aimed at optimizing a specific public department. Archives, since they serve both history and the civil service, are often poorly understood, so they must develop other activities that draw attention to them. Inside municipal archives, among other politics it is possible to develop one of cultural and educational action able to improve their image and establish greater interaction between documents and society, bringing the society members closer to their own identities through contact with the sources of the history of their community and their county, leading this population to know, respect and preserve them in favor of culture and citizenship. We give some suggestions of work so that the municipal archives can organize a department to cultural and educational action and make it work effectively.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo e sociedade; políticas arquivísticas; ação cultural e educativa em arquivos; arquivos e educação.